MORADA DO SOL TURISMO, EVENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ/MF nº 43.964.097/0001-65

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Em reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante		193.681	57.414	Circulante		181.616	146.798
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	64.859	43.111	Fornecedores	12	6.040	1.182
Contas a Receber	8	7.250		Obrigações Sociais	13	26.976	18.689
Impostos a Recuperar	9	10.878	11.803	Obrigações Tributárias	14	26.643	20.553
Outros Créditos	10	110.694	2.500	Adiantamentos de Clientes	15	83.750	71.300
				Outras Obrigações	16	38.207	35.074
Não Circulante		3.712.140	3.805.045	Não Circulante		-	5.831
Realizável à Longo Prazo		9.790	54.419	Outras Obrigações	16	-	5.831
Depósitos Judiciais		9.790	54.419	Patrimônio Líquido	18	3.724.205	3.709.830
Investimentos		1.157	1.157	Capital Social		1.957.434	1.957.434
Imobilizado	11	3.701.193	3.749.469	Reserva Legal		97.278	96.559
				Reserva de Capitalização		1.438	
				Reservas de Lucros		1.668.055	1.655.837
Total do Ativo		3.905.821	3.862.459	Total do Passivo		3.905.821	3.862.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Em reais)

	Nota	2017	2016
Receita Operacional Líquida	20	673.309	431.877
Receitas (Despesas) Operacionais		(646.968)	(394.880)
Despesas Administrativas e Gerais	21	(602.045)	(368.368)
Despesas com Depreciações		(48.276)	(106.674)
Outras Receitas (Despesas)	22	3.353	80.163
Lucro antes do Resultado Financeiro		26.341	36.998
Resultado Financeiro Líquido	23	(9.063)	(31.379)
Receitas Financeiras		3.495	108.353
Despesas Financeiras		(12.558)	(139.732)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		17.278	5.619
Imposto de Renda		(1.814)	(590)
Contribuição Social		(1.089)	(354)
		(2.903)	(944)
Lucro do Exercício		14.375	4.675
Lucro por Ação do Capital		0,007	0,002

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Em rea

	2017	20
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	14.375	4.6
Ajustes para reconciliar Lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciações	48.276	106.6
Baixa do imobilizado	-	
(Aumento) Redução nos Ativos Operacionais		
Contas a Receber	(117.944)	
Impostos a Recuperar	925	16.6
Direitos Econômicos a Receber	-	3.333.3
Outros Créditos	47.129	34.0
Aumento (Redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	4.858	(5.6
Obrigações Sociais	8.287	(6
Obrigações Tributárias	6.090	(52.0
Adiantamentos de Clientes	12.450	25.7
Debêntures	-	(3.333.3
Outras Obrigações	(2.699)	(88.5
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	21.748	40.9
(-) Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de Bens do Imobilizado	-	(6.5
Caixa Gerado pelas Atividades de Investimentos	-	(6.5
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes Caixa	21.748	34.4
Caixa e Equivalentes de Caixa - No Início dos Exercícios	43.111	8.6
Caixa e Equivalentes de Caixa - No Final dos Exercícios	64.859	43.1
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes Caixa	21.748	34.4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Em reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva Capitalização	Reserva de Lucros: Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2015	1.957.434	96.325	-	1.651.396	-	3.705.155
Lucro do Exercício	-	-	-	-	4.675	4.675
Constituição da Reserva Legal	-	234	-	-	(234)	-
Retenção de Lucros	-	-	-	4.441	(4.441)	-
Saldos em 31/12/2016	1.957.434	96.559	-	1.655.837	-	3.709.830
Lucro do Exercício	-	-	-	-	14.375	14.375
Constituição Reserva Legal	-	719	-	-	(719)	-
Constituição Res. Capitalização	-	-	1.438	-	(1.438)	-
Retenção de Lucros	-	-	-	12.218	(12.218)	-
Saldos em 31/12/2017	1.957.434	97.278	1.438	1.668.055	-	3.724.205

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Em reais)

	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício	14.375	4.675
Resultado Abrangente do Exercício	14.375	4.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Em reais)

1. Contexto Operacional. Informações Corporativas: A Morada do Sol Turismo, Eventos e Participações S/A "Companhia" é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de agosto de 1965, com sede na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo. A Prefeitura do Município de Araraquara detém 50,76% das ações ordinárias da Companhia. **Atividades operacionais:** Seu objeto social preponderante é constituir isoladamente ou participar na formação acionária de empresas situadas no Município de Araraquara, participar em projetos de desenvolvimento regional de interesse público em conjunto com a Administração Pública da Prefeitura de Araraquara: locar bens imóveis e móveis próprios e exercer atividade comercial de exploração de centro de eventos e exploração de estacionamento; realizar operações de aquisição de créditos públicos ou privados e a captação de recursos com o objetivo de aquisição de tais créditos; realizar negócios e prestação de serviços relacionados a estruturação financeira que viabilize ao Município de Araraquara captar recursos visando o desenvolvimento e expansão dos negócios no Município. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis. Base de Preparação e Apresentação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09) e estão de acordo com o CPC para Pequenas e Médias Empresas – PME, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovado pela Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 1000, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **Base de Elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de outra forma. **Moeda Funcional e de Apresentação:** As demonstrações contábeis estão expressas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **Aprovação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia, e foram aprovadas pela Administração em 07 de maio de 2018, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações contábeis. **Operações Continuadas:** As operações da Companhia são continuadas, portanto, não há operação descontinuada para ser segregada na demonstração do resultado do exercício. **3. Sumário das Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são: **a. Transações e Saldos em Moeda Estrangeira:** Na elaboração das demonstrações contábeis, quando ocorrer transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, serão convertidas pela taxa de câmbio vigente na data cada transação. No final de cada período de relatório, esses itens monetários classificados em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. No exercício de 2017 e de 2016 não ocorreram transações em moeda estrangeira. **b. Instrumentos Financeiros:** A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. **(i) - Ativos financeiros:** Classificados nas seguintes categorias: (i) ao valor justo através do resultado, (ii) mantidos até o vencimento, (iii) disponíveis para venda e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. Ativos financeiros ao valor justo através do resultado: incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros mantidos até o vencimento: Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data do vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais, menos eventual perda por valor recuperável, quando aplicável. Ativos financeiros disponíveis para venda: Quando aplicável, são incluídos nesta categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas ou não em mercado ativo, mas que possam ter os valores justos estimados razoavelmente. Empréstimos e recebíveis: São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva. No caso da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa e direitos econômicos a receber. **(ii) - Deterioração de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (impairment). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. **(iii) - Passivos financeiros:** Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Outros passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, alocando sua despesa de juros pelo respectivo período. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, adiantamentos de clientes e debentures a pagar. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorrida. **c. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista e aplicações financeiras demonstradas ao custo. As aplicações financeiras são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e têm liquidez imediata ou até 90 dias da data da aplicação e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho ou perda registrado no resultado do exercício respeitando a competência. **d. Contas a Receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela locação de espaço para realização de eventos no curso normal das atividades da Sociedade. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros e ajustadas quando aplicável, a valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando provisionados. De acordo com o julgamento da Administração da Companhia e de sua assessoria jurídica, não há expectativa de perdas significativas em seus valores a receber. Dessa forma, não houve constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. **e. Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos:** Os ativos e passivos monetários circulantes, quando relevantes, e ativos e passivos de longo prazo são ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita dos respectivos ativos e passivos, e se relevantes. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **f. Ativo Não Circulante Mantido para Venda:** Ativo não circulante classificado como mantidos para venda, quando existente é mensurado com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo. Ativos são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o ativo estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. A administração deve comprometer-se com a venda dentro de um ano a partir da data de classificação. **g. Investimentos:** Representado por participações societárias não relevantes no Banco Unibanco e Telesp, avaliadas ao custo de aquisição, deduzidas de provisão, para ajustá-los aos valores de mercado, se necessário. **h. Imobilizado:** O imobilizado é registrado e demonstrado ao custo de aquisição, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. O custo, quando aplicável, inclui o montante de reposição dos equipamentos, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição. Os custos de reparo e manutenção dos ativos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os terrenos e as construções e reformas em andamento não são depreciados. A depreciação dos demais ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. É calculada e reconhecida pelo método linear às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens descritas na nota explicativa nº 11. Durante o exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, o consequente provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados não foi necessária. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. A baixa de um item de imobilizado ocorre após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros, resultante do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são calculados como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício. **i. Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros (Impairment):** Os bens do imobilizado e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício. **j. Outros Ativos e Passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando possui valores conhecidos ou calculáveis, quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **k. Atualização Monetária de Direitos e Obrigações:** Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais ou variações monetárias são atualizados até a data do balanço patrimonial, sendo essas variações registradas no resultado do exercício a que se referem. **l. Segregação entre Circulante e Não Circulante:** Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra em até 12 meses, caso contrário, são classificados como ativos e passivos não circulantes. **m. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e acrescidas, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **n. Ativos e Passivos Contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas, têm os seguintes critérios: Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Companhia possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa quando aplicável. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente e divulgados levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração e são reconhecidas nas demonstrações contábeis, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, apenas divulgados em notas explicativas, quando individualmente relevantes. E os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. As obrigações legais são sempre consideradas como exigíveis, independentemente de questionamentos. **o. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda corrente é calculado pela alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para a base de cálculo que exceder a R$ 240.000 no ano, enquanto a contribuição social corrente é calculada pela alíquota de 9% também sobre o lucro tributável. **p. Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita:** As receitas e despesas das operações são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. As receitas relativas à locações são reconhecidas quando da realização do evento. As receitas são apresentadas nos resultados do exercício pelo seu valor bruto, ou seja, incluem os impostos incidentes sobre as mesmas, os quais são apresentados como deduções das receitas. A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva ou quando existentes, pela variação cambial ativa. As demais receitas são reconhecidas pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. **q. Lucro (Prejuízo) por ação:** O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. **r. Informações dos Segmentos Operacionais:** A Administração entende que a apresentação do detalhamento de segmentos operacionais não é aplicável a Companhia, pois esta efetua o monitoramento de suas atividades, a avaliação de desempenho e a tomada de decisão para alocação de recursos de forma consolidada em um único segmento de divulgação. **s. Benefícios a Empregados e Diretores:** A Companhia não possui empregados, bem como não possui planos de previdência privada, plano de aposentadoria complementar ou outros benefícios de longo prazo para a Administração. **t. Demonstração do Fluxo de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. As demonstrações de fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. **4. Principais Julgamentos Contábeis, Estimativas e Premissas:** Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar julgamentos, estimativas e premissas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações que afetam a aplicação de políticas contábeis e os respectivos valores reportados. Nas demonstrações contábeis estão incluídas, portanto, julgamentos e estimativas cujos resultados reais podem apresentar variação devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente. As estimativas e premissas que podem resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas de outros ativos, estimativa de vida útil e valor recuperável do imobilizado, apuração do Imposto de renda, contribuição social e outros tributos e provisão para contingências. **5. Gerenciamento de Riscos:** A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela Companhia. **a) Risco Financeiro:** As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: riscos de mercado (incluindo do taxa de juros), de crédito e de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. **I - Risco de mercado:** É o risco que alterações nos preços do mercado, tais como as taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Risco de Moeda (cambial): A Companhia não possui operações com moeda estrangeira, portanto, não está sujeita a eventuais riscos relacionados a oscilação de cambio. Risco de taxa de juros: A Companhia busca obter as taxas de juros de suas operações de aplicações financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancários – CDI, criando um hedge natural para os saldos. **II - Risco de crédito:** É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia. É política da Companhia, receber antecipadamente os contratos de prestação de serviços para a realização dos eventos. Portanto, não há inadimplência em suas contas a receber. **III - Risco de liquidez:** É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas estratégias para desembolsos e recebimentos futuros (fluxos de caixa), sendo monitoradas periodicamente pela administração. A situação da Companhia é de liquidez nos exercícios apresentados. **b) Risco Operacional:** É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de mercado, crédito e liquidez, como aquelas decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento. **c) Gestão de Capital:** A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos seus credores e do mercado, além de manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela Companhia. **6. Instrumentos Financeiros:** Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações contábeis, por categoria, são resumidos a seguir:

Descrição	2017	2016
Ativos Financeiros		
Caixa e Equivalentes de Caixa	64.859	43.111
Total	64.859	43.111
Passivos Financeiros		
Fornecedores	6.040	1.182
Adiantamentos de Clientes	83.750	71.300
Total	89.790	72.482

Os instrumentos financeiros estão mensurados de acordo com a Nota Explicativa nº 3.b.

7. Caixa e Equivalentes de Caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e estão apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa, constituídos de:

Descrição	2017	2016
Caixa	282	485
Depósitos Bancários	35	13
Aplicações Financeiras (I)	64.542	42.613
Total	64.859	43.111

(I) As aplicações financeiras em CDB/DI foram realizadas junto a instituições financeiras nacionais, com rentabilidade nas condições usuais de mercado para a modalidade, considerando o valor, o prazo e a época da aplicação, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Companhia.

8. Contas a Receber - Descrição	2017	2016
Contas a Receber Diversas	7.250	-
Total	7.250	-

Saldo de contrato a receber referente a evento realizado.

9. Impostos a Recuperar - Descrição	2017	2016
IRRF sobre Aplicações Financeiras	466	466
IRPJ a Compensar	6.696	6.696
CSLL a Compensar	1.699	1.699
Pis a Recuperar	341	506
Cofins a Recuperar	760	1.520
INSS a Recuperar	916	916
Total	10.878	11.803

10. Outros Créditos - Descrição	2017	2016
Adiantamentos a Fornecedores	-	2.500
Aluguéis a Receber	108.180	-
Fornecedor Pago a Maior	2.514	-
Total	110.694	2.500

11. Imobilizado

(a) Composição:

Descrição	Taxa de Depreciação Anual	2017 Custo	2017 Depreciação Acumulada	2017 Líquido	2016 Líquido
Terrenos	-	1.844.841	-	1.844.841	1.844.841
Edificações	4%	2.287.981	(876.731)	1.411.250	1.444.177
Construções e Reformas	-	376.928	-	376.928	376.928
Móveis e Utensílios	10%	45.612	(28.622)	16.990	21.550
Equip. Comunicação	10%	1.830	(976)	854	1.037
Máq.e Equipamentos.	10%	75.328	(39.600)	35.728	43.261
Equip. Informática	10%	9.247	(8.222)	1.025	1.393
Outras Imobilizações	10% e 25%	28.861	(15.284)	13.577	16.282
Total		4.670.628	(969.435)	3.701.193	3.749.469

(b) Movimentação do Imobilizado:

	2017	2016
Saldo Inicial	3.749.469	3.849.737
Aquisições	-	6.500
Baixas	-	(93)
Depreciações	(48.276)	(106.675)
Saldo Final	3.701.193	3.749.469

(c) Informações Adicionais: Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia não possui itens imobilizados ociosos, sujeitos a baixa ou imobilizados mantidos para venda. Nos exercícios apresentados não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

12. Fornecedores - Descrição

(a) Composição:	2017	2016
Fornecedores Diversos	6.040	6.841
Total	6.040	6.841

Refere-se substancialmente à fornecedores de materiais de consumo e serviços.

(b) Informações Adicionais: O cálculo da estimativa de valor presente efetuado pela Administração, não apurou valores materiais para ajustes nas demonstrações contábeis. Os fornecedores são pagos nos respectivos vencimentos e nas datas dos balanços patrimoniais apresentados não há valores vencidos.

13. Obrigações Sociais - Descrição	2017	2016
INSS a Recolher – Pró-labore	5.971	3.830
INSS a Recolher – Autônomos	17.936	13.451
INSS retenção - 11%	3.069	1.408
Total	26.976	18.689

14. Obrigações Tributárias - Descrição	2017	2016
Pis a Recolher	2.311	2.446
Cofins a Recolher	10.645	11.187
IRRF a Recolher	4.371	1.993
CSLL a Recolher	2.980	3.043
IRPJ a Recolher	3.905	371
Retenção Pis/Cofins/CSLL	1.118	200
Retenção ISS	1.313	1.313
Total	26.643	20.553

15. Adiantamentos de Clientes - Descrição	2017	20
B2 Formaturas Ltda	-	21.0
Solange da Silva Santos	-	37.0
Caroline Mayara	-	4.0
Impacto Eventos	-	4.0
J. Torres – Me	2.250	
Elisa Maria Chrstovan	1.750	
Tennispak	40.000	
Arte Nobre	33.000	
Gabriel de Ponte Salazor	2.500	
Priscilla Borges G. do Melo	1.750	
Paulo Bernardino de Azevedo ME	2.500	
Total	83.750	71.3

Refere-se a adiantamentos para locação de espaço para eventos, reconhecidos par resultado quando da realização dos eventos.

16. Outras Obrigações

Descrição	2017 Circulante	2017 Não Circulante	2016 Circulante	2016 Não Circula
Parcelamento CVM (I)	7.496	-	23.067	5.
Cheques a Compensar	5.063	-	12.007	
Pró-Labore a Pagar	19.368	-	-	
Contas a Pagar com Terceiros	6.280	-	-	-
Total	38.207	-	35.074	5.

(I) Foi formalizado durante os exercícios de 2012 e 2013, o parcelamento de taxa contribuições devidas para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), referente ao períod 2005 a 2008, com provisão para pagamento em 60 (sessenta) meses, com término para j de 2018. **17. Passivos Contingentes:** A Companhia é parte em diversos processos ci com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que estão sendo discutidos tanto na est administrativa como na judicial. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia mantinha registrado provisões para contingências desses processos, em face de expecta de ganho nas referidas ações com base na opinião de seus assessores jurídicos, sendo es contingências parcialmente cobertas por depósitos judiciais. Os processos com julgamer desfavoráveis a Companhia, foram parcelados e reconhecidos no passivo. (nota 16).

18. Patrimônio Líquido - (a) Capital Social: O capital social em 31 de dezembro de 2 e de 2016 no valor de R$ 1.957.434 está representado por 1.957.434 ações ordiná nominativas e sem valor nominal, e estão assim compostos:

Descrição	2017	20
Capital Autorizado	2.687.621	2.687.6
(-) Capital a Subscrever	(567.223)	(567.2
(-) Capital a Integralizar	(162.964)	(162.9
Total	1.957.434	1.957.4

(b) Reserva Legal: Constituída com 5% do lucro líquido do exercício, quando existe que não excederá a 20% do capital social, conforme previsão legal. **(c) Reserva Capitalização:** Constituída com 10% do lucro líquido do exercício, quando existente, não excederá a 50% do capital social, conforme previsão legal. **(d) Retenção de Luc** Representado por lucros retidos com base no saldo dos lucros acumulados.

19. Partes Relacionadas - (a) Remuneração da Administração: As despesas relati à remuneração dos Diretores, registradas na demonstração do resultado do exercício fi em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram de R$ 267.381 e R$ 117.243, respectivame

20. Receita Operacional Líquida - Descrição	2017	20
Receita Operacional Bruta: Receitas com Locações	739.438	477.2
Outras Receitas	2.500	5
	741.938	477.7
Deduções da Receita Bruta: Cofins	(56.387)	(36.3
Pis	(12.242)	(7.8
ISS	-	(1.6
	(68.629)	(45.8
Total	673.309	431.8

21. Despesas Administrativas e Gerais - Descrição	2017	20
Pró-Labore	(267.381)	(117.2
INSS	(61.088)	(25.7
Telefone	(6.194)	(4.7
Honorários Contábeis	(15.600)	(15.6
Honorários Advocatícios	(5.200)	(12.0
Prestação de Serviços Diversos	(38.181)	(11.3
Manutenção/Conservação-Imóveis e Instalações	(47.677)	(89.1
Publicações	(7.165)	(4.4
Despesas com Eventos – Espaços Locados	(35.148)	(8.4
Locações Diversas	(7.094)	(1.9
Materiais de Uso e Consumo	(13.283)	(6.7
Despesas de Copa / Material de Limpeza	(5.760)	(1.0
Impostos e Taxas	(54.647)	(31.3
Outras Despesas	(37.627)	(38.5
Total	(602.045)	(368.3

22. Outras Receitas (Despesas) - Descrição	2017	20
Perda de Capital	-	(
Reversão de Impostos a Recolher	3.353	2.4
Rendas Diversas	-	77.8
Total	3.353	80.1

23. Resultado Financeiro Líquido - Descrição	2017	20
Receitas Financeiras:		
Rendimentos sobre Direitos Econômicos	-	104.5
Rendas de Aplicações	3.495	2.6
Outras	-	1.1
	3.495	108.3
Despesas Financeiras:		
Despesas Bancárias	(1.503)	(2.5
Juros Passivos	(9)	(
Descontos Concedidos	-	(1.2
IOF sobre Aplicações Financeiras	(80)	(2
Encargos sobre Tributos Vencidos	(674)	(22.4
Remuneração de Debêntures	-	(104.5
Variações Monetárias Passivas	(10.292)	(8.7
	(12.558)	(139.7
Total	(9.063)	(31.3

24. Cobertura de Seguros: A Administração da Companhia adota a política de contr seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração para fazer f à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fa parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não fo examinadas pelos nossos auditores independentes.

DIRETORIA: Manoel de Araújo Sobrinho - Diretor Presidente; João Carlos Missorin Diretor de Turismo e Eventos; Saba Jose Harb - Diretor de Administração e Finanças;
CONTABILISTA: Mario Zafalon Junior - TC-CRCSP 1SP163444/O-9;
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Manoel de Araújo Sobrinho - Presidente; Donizete Simioni - 1º Vice-Presidente; Carlos Eduardo Delbon - 2º Vice-Presidente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da Morada do Sol Turismo, Eventos e Participações S/A – Araraquara-SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Morada do Sol Turismo, Eventos e Participações S/A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Morada do Sol Turismo, Eventos e Participações S/A em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis. A não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobr adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operaciona com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relaçã eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacid de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza releva devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgaç nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgaç forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de audit obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem lev Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresenta geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgaçõe se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os ever de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos c os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planej da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as event deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabal Ribeirão Preto (SP), 07 de maio de 2018. **CONAUD - AUDITORES INDEPENDENTES** - CRC 2SP022311/O-8; **Luiz Cláudio Gaona Granados** - Contador CRC 1SP118.402/O-